



Revista Estudos Feministas

ISSN: 0104-026X

ref@cfh.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina  
Brasil

Bacchetta, Paola; Campt, Tina; Grewal, Inderpal; Kaplan, Caren; Moallem, Minoo; Terry, Jennifer  
Por or uma prática feminista transnacional contra a guerra  
Revista Estudos Feministas, vol. 9, núm. 2, segundo semestre, 2001, pp. 353-359  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Santa Catarina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38109202>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Paola Bacchetta, Tina Campt, Inderpal Grewal, Caren Kaplan, Mino Moallem e Jennifer Terry

## Por uma prática feminista transnacional contra a guerra\*

\* *"Transnational Feminist Practices Against War"* apareceu originalmente no website *Professors for Peace* <<http://www.action-tank.org/ptp>> em 15 de outubro de 2001.

Como teóricas feministas de formações culturais pós-modernas e transnacionais, acreditamos ser crucial a busca de soluções não violentas para conflitos em todos os níveis sociais – das esferas globais, regionais e nacionais até às cenas corriqueiras do dia-a-dia. Apresentamos as seguintes considerações sobre os eventos do dia 11 de setembro e suas conseqüências:

Em primeiro lugar, precisamos analisar amplamente os efeitos do nacionalismo em relação ao gênero e à raça, identificando quais tipos de exclusões e inclusões estão sendo realizadas em nome do patriotismo. Relembrar as histórias de vários nacionalismos nos ajuda a identificar os pressupostos implícitos referentes a gênero, raça, nação e classe que mais uma vez passam a desempenhar papel central na mobilização pela guerra. Percebemos que, em vez de uma necessária análise histórica, material e geopolítica do 11 de setembro, os discursos nacionalistas emergentes consistem em narrativas enganosas e altamente sentimentalistas que, entre outras coisas, inscrevem mais uma vez a heterossexualidade obrigatória e os papéis de gênero rigidamente dicotomizados que suportam tal organização sexual. Uma larga gama de ícones forma os tipos ideais no drama da domesticidade nacionalista que vemos na mídia dominante. Entre esses encontramos o soldado/cidadão masculino, a esposa e mãe patriota, o pai provedor e chefe da casa, e a família reprodutiva propriamente dita. Observamos também como esse drama é racializado. A maior parte das representações na mídia dos Estados Unidos enfocou exclusivamente as perdas sofridas pelas famílias brancas, heterossexuais e de classe média, embora entre aqueles que morreram ou foram feridos incluam-se pessoas de várias raças, classes, sexualidades e religiões e de, pelo menos, 90 nacionalidades diferentes. Assim, uma

análise que elucide os efeitos repressivos dos discursos nacionalistas faz-se necessária para a construção de um mundo que apóie a paz bem como a justiça social e econômica.

Em segundo lugar, uma avaliação feminista transnacional percebe o impacto da guerra e da repressão interna em um contexto mais amplo de histórias globais de deslocamento, migrações forçadas e expulsões. Somos contrárias ao patrocínio americano e europeu de regimes responsáveis por deslocamentos coercitivos e percebemos como os padrões de imigração, exílio e deportação estão intimamente ligados à opressão de gênero e às heranças do colonialismo e da dependência econômica estruturada. Na verdade, a história nos mostra que as mulheres, sendo as responsáveis principais pelo cuidado das famílias, sofrem imensamente sob circunstâncias de colonização, inquietação civil e migração coercitiva. Levando isso em conta, criticamos soluções para a crise contemporânea que se apóiem num modelo maniqueísta e colonial segundo o qual “a liberdade capitalista avançada” é venerada e contraposta ao “barbarismo islâmico extremista e atrasado”. Além disso, trazemos *insights* dos estudos pós-coloniais e da economia política crítica para entender a dinâmica do neocolonialismo europeu e norte-americano durante a Guerra Fria e os períodos pós-Guerra Fria. Dessa forma, questões sobre a distribuição marcada por gênero de recursos e da riqueza são fundamentais em nossa abordagem analítica. Os esquemas do desenvolvimento econômico neoliberal criam problemas que atingem as mulheres de forma profunda e devastadora tanto nas “regiões em desenvolvimento” quanto no “mundo desenvolvido”. Assim, enquanto nos Estados Unidos mulheres euro-americanas de classe média são consideradas as mais liberadas do mundo mesmo quando encorajadas a permanecer de forma obediente junto de seus maridos, pais e filhos, as mulheres de regiões em desenvolvimento são retratadas como abjetas, atrasadas e oprimidas por seus homens. Um dos elementos importantes desconsiderados nesse quadro é o fato de que muitas mulheres no Afeganistão estão morrendo de fome, enfrentando diariamente violência e danos não somente devido ao regime Taliban, mas também em grande parte devido a uma longa história de colonialismo europeu e conflitos na região. A decisão da administração Bush de jogar bombas em um determinado momento e, no seguinte, pacotes de comida absolutamente inadequados às necessidades da população nos oferece uma imagem cruel de quão patético tornou-se o discurso de “civilização” e “salvação” dentro da violência da guerra. Vemos aqui uma resposta insignificante e descuidada dos Estados Unidos diante de uma situação com a qual contribuiu por pelo menos 20

anos, situação essa intimamente vinculada à luta por influência estratégica na região e à extração de recursos naturais, entre eles o petróleo.

Em terceiro lugar, queremos discutir até que ponto a repressão civil doméstica está intrinsecamente ligada à violência da guerra. Assim, os efeitos do atual conflito acabarão se refletindo nos Estados Unidos e em suas zonas de fronteiras, mediante o aumento da patrulha e policiamento local, bem como no uso de tecnologias militares, de defesa e outras práticas que subordinarão ainda mais algumas comunidades (especialmente grupos não-brancos) dos Estados Unidos. Tal violência estatal tem várias implicações de gênero, incluindo a emergência de nacionalismos culturais patriarcais/masculinistas por meio dos quais as perspectivas das mulheres são degradadas ou totalmente excluídas a fim de se criar novas versões das “tradições” culturais. Para muitas mulheres imigrantes, entre outros efeitos devastadores da repressão estatal, estão os incidentes crescentes de violência doméstica não registrada, a hostilidade pública e o isolamento social. Em termos práticos, autoridades policiais encarregadas de garantir a segurança nacional tendem a mostrar pouca simpatia pela mulher imigrante indocumentada que está fugindo de uma relação pessoal violenta, a não ser que seu agressor possa encaixar-se no perfil do “fundamentalista islâmico”. Assim, precisamos de uma análise e estratégias contra a “domesticação” da violência da guerra que emergiu nessas últimas semanas e cujos efeitos serão sentidos de formas distintas e dispersas.

Em quarto lugar, precisa-se analisar os estereótipos e os tropos discursivos mobilizados nessa crise. Tais tropos apóiam, sustentam e são viabilizados por uma lógica modernista de guerra que busca consolidar o poder soberano (freqüentemente unilateral) e o do Estado-Nação do Primeiro Mundo. Quando o Presidente Bush proclama que redes “terroristas” precisam ser destruídas, nós perguntamos o significado desse termo para as pessoas e como ele está sendo usado para legitimar uma ofensiva militar em larga escala. O termo está sendo usado para demonizar qualquer prática que vá contra os interesses nacionais dos Estados Unidos, permitindo uma espécie de efeito de “batida policial”, dentro e fora do país, que legitima a supressão de discordâncias. Também queremos investigar as construções do “terrorismo” que continuam a visar os movimentos de oposição não-nativos ou “estrangeiros” enquanto disfarçam suas próprias práticas de terror através de eufemismos como “assistência estrangeira”. A desconstrução do tropo “terrorismo” deve incluir uma crítica sustentada sobre os imensos recursos gastos pelos Estados Unidos em treinamentos de tropas “antiterroristas” e “anticomunistas” que, em outras circunstâncias históricas, se

tornam inimigas ao invés de aliadas, como no famoso caso de Osama bin Laden. Nós nos preocupamos com a forma pela qual a “luta contra o terrorismo” pode ser usada para silenciar e reprimir movimentos insurgentes em todo o globo. Também enfatizamos a forma pela qual o racismo opera na nomeação do “terrorismo”. Quando os “terroristas” são pessoas não-brancas, todas outras pessoas não-brancas se tornam bodes expiatórios e vulneráveis a retaliações. Contudo, quando o supremacista branco Timothy McVeigh jogou uma bomba no prédio federal em Oklahoma City, matando 168 pessoas, entre homens, mulheres e crianças, ninguém declarou aberta a sessão de caça a homens brancos, ou mesmo a membros de milícias brancas. A produção de uma nova categoria racial – “qualquer pessoa de aparência muçulmana” –, que incorpora indiscriminadamente os muçulmanos, árabes, sikhs e qualquer outro que tenha pele cor de oliva ou escura, expõe o caráter arbitrário e politicamente construído de novas e velhas categorias raciais nos Estados Unidos. Essa produção racial também revela a inadequação do multiculturalismo americano para fazer resistência à relação hegemônica entre ser “branco” e ser “norte-americano”. Finalmente, a memória curta da mídia suprime qualquer menção aos grupos terroristas euro-americanos anticapitalistas e antiimperialistas dos anos 70 e 80. Uma observação crítica dos idiomas da atual mobilização para a guerra nos leva a desconstruir outros tropos politicamente marcados, incluindo-se aí termos como segurança, liberdade, verdade, direitos civis, fundamentalismo islâmico, mulheres sob o regime do Taliban, a bandeira e a “América”.

Em quinto lugar, reconhecemos os aspectos étnicos e de gênero na história do sentimentalismo, do pesar e da melancolia mobilizados no novo esforço de guerra. Não pretendemos depreciar ou desconsiderar a tristeza e profundas emoções que emergiram como consequência dos eventos do dia 11 de setembro. Mas pensamos ser importante destacar que vemos um uso maciço de discursos terapêuticos, solicitando que as pessoas entendam o impacto dos eventos do dia 11 e de todas suas consequências apenas como um “trauma”. Tais discursos não exploram outras possíveis abordagens analíticas, históricas e críticas. Enfocar apenas o caráter pessoal e a dimensão psicológica mais limitada dos ataques e da guerra resultante obscurece as complexas conexões entre história e geopolítica que causaram tais eventos. Não estamos sugerindo que formas específicas de terapia não sejam úteis. Porém a indústria cultural do “trauma” leva a uma mistificação da história, da política e da crítica cultural. Além disso, o discurso terapêutico tende a reforçar interpretações individualistas de eventos globalmente significativos e faz isso de forma etnocêntrica. Buscar alívio

através de apoio psicoterapêutico pode ser uma prática comum entre os euro-americanos das classes média e alta nos Estados Unidos, mas não se deveria pressupor que isso seja universalmente bem-visto ou que seja uma forma efetiva de contrapor experiências de repressão civil e de guerra entre pessoas de outras classes, outras etnias e outros *backgrounds* culturais. Sinais de etnocentrismo no discurso do trauma atual são perceptíveis nas representações da mídia sintonizadas com a visão terapêutica, que tende a conferir grande significado, importância e simpatia àqueles que perderam amigos e membros familiares nos ataques ao World Trade Center e ao Pentágono. Ao contrário, pessoas que perderam entes queridos em conseqüência da política externa dos Estados Unidos em outras partes do mundo não são representadas como vítimas de trauma e injustiça. Na verdade, essas pessoas muito raramente são sequer mostradas pelas câmeras. De forma semelhante, centros provisórios foram montados logo após os eventos do dia 11 de setembro em universidades dos Estados Unidos a fim de auxiliar os estudantes na elaboração dos efeitos psicológicos dos ataques. Esses tendiam a perceber o 11 de setembro como um marco da primeira experiência de vulnerabilidade para os norte-americanos, desconsiderando não somente os fatos envolvendo bombas no prédio federal de Oklahoma City, mas também apagando as experiências de muitos imigrantes e pessoas não-brancas nos Estados Unidos, para quem a "América" tem sido um lugar de violência potencial ou efetiva ao longo de suas vidas.

Em sexto lugar, nossa reação transnacional feminista envolve uma análise crítica detalhada do papel da mídia, especialmente das representações que incluem tropos coloniais e oposições binárias, onde o islâmico/muçulmano/não-ocidental é representado como "não-civilizado" ou "bárbaro". Percebemos a ausência ou a cooptação de mulheres muçulmanas como "vítimas" de violência ou do "barbarismo islâmico". Observamos também a utilização daqueles grupos de mulheres vistas como "brancas" ou "ocidentais" para o papel de "salvadoras" de mulheres não-ocidentais, e também como evidência dos esforços "civilizatórios" por parte da Europa e da América do Norte. Percebemos essas formações discursivas como resultantes não somente dos legados coloniais discursivos e de produções do conhecimento, mas também das tecnologias e práticas industriais que produzem a mídia global contemporânea e o financiamento transnacional de indústrias culturais. Buscamos especialmente analisar a participação das mulheres nessas indústrias bem como a cooptação de abordagens e interesses feministas num ataque amplo às instituições culturais e religiosas islâmicas, e não apenas a grupos "islamicistas/extremistas".

Assim, destacamos que qualquer mídia contrária ou de resistência precisa demonstrar um profundo conhecimento de tais histórias e repertórios de prática a fim de não correr o risco de reproduzi-los.

Em sétimo lugar, exigimos uma compreensão da natureza do capitalismo e da globalização já que esses geram movimentos transnacionais de todos os tipos. Assim, buscamos fazer oposição a movimentos transnacionais opressivos, tanto "ocidentais" quanto os "não-ocidentais", por meio de movimentos alternativos que se contraponham à guerra e à contínua produção de desigualdades globais. Percebemos que os fundamentalismos religiosos e étnicos emergiram num mundo onde a repressão das mulheres e o estabelecimento de papéis de gênero rigidamente dicotomizado são usados tanto como forma de poder como meio para o estabelecimento de uma coletividade. Tais fundamentalismos têm sido motivo de preocupação de grupos feministas não somente no mundo islâmico mas também nos Estados Unidos. Intelectuais feministas e outras percebem que tais movimentos tornaram-se transnacionais através do trabalho de organizações governamentais e não-governamentais, com terríveis conseqüências para todas que questionam rígidas dicotomias de gênero. Sendo esses movimentos transnacionais, debatemos a idéia de Estado-Nação isolado e autônomo diante dos numerosos exemplos de práticas e formações transnacionais e globais. As recentes demonstrações de coesão nacional e solidariedade internacional (baseadas nas construções das relações internacionais dos séculos 19 e 20) não podem mascarar as tensões e contradições que determinaram a crise atual. Dessa forma, precisamos de uma análise das várias formas por meio das quais as redes e entidades transnacionais limitam e, ao mesmo tempo, viabilizam a resistência e a opressão. Ou seja, o complexo terreno político, permeado por redes transnacionais tão diversas quanto a al-Qaida e a Cruz Vermelha, precisa ser visto como produtor de novas identidades e práticas, bem como de novos tipos de repressão política. A mídia transnacional tem raízes em práticas corporativas perniciosas, mas ela também possibilita modos diversos e contraditórios de informação, entretenimento e comunicação. Uma análise feminista desses fenômenos transnacionais complexos e freqüentemente contraditórios se faz necessária.

Finalmente, queremos deixar bem claro que somos contra a mobilização militar e os bombardeios efetuados pelos Estados Unidos e Grã-Bretanha no Afeganistão, os quais podem se expandir para regiões da Ásia central, ocidental e sul. Estamos nos posicionando em relação a uma crise na qual a guerra, conforme descrição da administração George W. Bush, será um processo dissimulado, diversificado e prolongado.

Nesse momento buscamos uma resistência aos termos nacionalistas e lutamos contra a intensificação da intervenção militar norte-americana no exterior. Nós nos recusamos a usar termos binários como civilização versus barbarismo, modernidade versus tradição, Ocidente versus Oriente. Também lutamos pelo fim das acusações racistas e dos atos perfiladores que acompanham as crescentes violações de liberdades civis dentro das fronteiras territoriais dos Estados Unidos. Nós incitamos as feministas a recusar a convocação para a guerra em nome da derrota do assim chamado "fundamentalismo patriarcal tradicional", pois entendemos que tais fundamentalismos são apoiados por muitos Estados-Nação. Temos consciência do fracasso dos Estados-Nação e de forças econômicas globais, tais como o FMI e o Banco Mundial, em suas formas de abordar a miséria e a pobreza mundiais, bem como do papel que tal fracasso desempenhou no surgimento dos fundamentalismos em todo o mundo. A mobilização nacional e internacional pela guerra não está autorizada a prosseguir em nosso nome e nem de ser taxada como "interesse das mulheres". Na verdade, o terror ronda o mundo em diversas formas e é perpetrado sob o signo de diferentes nações e diversos agentes. Compreendemos que a violência e o terror têm diversas localizações e precisam ser abordados por meio de estratégias múltiplas tanto nas políticas domésticas dos Estados Unidos quanto em qualquer outra parte. É somente a partir do desenvolvimento de novas estratégias e abordagens baseadas em algumas dessas sugestões que poderemos dar fim à violência do momento atual.

Tradução de Liane Schneider  
Revisão técnica de Claudia Lima Costa